

# Choque na economia virá semana que vem

**Helival Rios**

O governo acelerou ontem os estudos que vem desenvolvendo para promover um novo reajuste na economia do País, que deve começar a ser deflagrado a partir da próxima semana, mas sem que isso se caracterize em um pacote, conforme determinação transmitida ao ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, pelo presidente Fernando Collor. "Pacote, não. Aperfeiçoamento da política econômica, sim" — teria dito o Presidente, segundo apurou ontem o **Jornal de Brasília**. O destaque, entre as novas medidas estudadas pelo governo, é a elevação da compulsoriedade na colocação de títulos da dívida pública, de modo a fazer frente a uma crescente rejeição dos papéis do Tesouro Nacional pelo mercado.

O ministro Marcílio Marques Moreira vem procurando tranquilizar o presidente Collor nas últimas horas, assegurando que há uma tendência de estabilidade nas taxas de inflação, suficiente para sustar a adoção de medidas mais drásticas.

A expectativa no Ministério da Economia é de que a inflação se estabilize, já a partir de agosto, na faixa entre 11 e 12%. Essa tendência estaria revelada, por exemplo, no índice de preços calculado pela Ordem dos Economistas de São Paulo, de 11,28%, cuja pesquisa se baseia em cestas de produtos destinadas a famílias de renda entre 6 a 30 salários mínimos. Esse índice, se comparado ao projetado para a segunda quadrissemana da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP), de 11,3% para cestas destinadas a rendas baixa e média, permite concluir por uma tendência de estabilidade.

Mas apesar dessas constata-

ções, é elevado o grau de apreensão do governo com relação ao comportamento geral dos preços, porque, qualquer descuido ou qualquer fator que fuja do controle pode provocar novo salto inflacionário, deflagrando fatores psicológicos negativos e danosos no combate à inflação.

A ordem transmitida pelo ministro Marcílio para o corpo técnico do Ministério encarregado de estudar as medidas de ajustamento é para que se adote toda a cautela do mundo, evitando-se medidas que tragam efeitos colaterais adversos ou acirramento de expectativas inflacionárias.

## Salário

Dentro dessa auréola de cuidados o ministro Marcílio se mantém firme na sua posição em torno da política salarial: indexação só para um salário mínimo, deixando-se os salários situados acima desse patamar entregues à livre negociação.

O governo pretende redefinir a questão da indexação da economia, criando mecanismos que dificultem a indexação através de índices gerais, remetendo-a, cada vez mais, para índices específicos de cada setor.

## Déficit

Outro ponto sobre o qual o governo deve concentrar esforços é na redução do déficit público (hoje crescente, entre 1,6 a 1,8% do PIB), destacando-se aí um acordo que leve estados e municípios a iniciarem o pagamento efetivo de parte dos seus débitos com o Governo Federal (cujo total é estimado em US\$ 56 bilhões, um valor superior ao da dívida externa brasileira com os bancos privados, de US\$ 53 bilhões); elevação da compulsoriedade

na aplicação de títulos da dívida pública (várias entidades, hoje, como seguradoras, e de previdência privada, além de bancos, têm que destinar obrigatoriamente parte de suas cotações para aplicações em títulos públicos federais); e acelerar a recomposição das tarifas públicas, com o que se reduzirá o déficit das estatais.

O governo reconhece que o combate à inflação necessita de um maior suporte do lado das importações, o que será obtido em duas frentes: redução mais rápida das alíquotas do Imposto de Importação para vários setores (mudando-se o cronograma já traçado pelo governo) e deflagração de uma nova frente de contatos no exterior, junto aos Eximbanks, de modo a garantir mais crédito de exportação de curto e médio prazos, oferecido pelos países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos. Se for obtido mais crédito lá fora, as importações brasileiras podem ganhar um novo multiplicador, provocando, em consequência, uma ajuda no combate à inflação (pela elevação da oferta interna e deflagração de concorrências com os produtos produzidos internamente) e uma mais rápida modernização da indústria nacional (pela compra de novos equipamentos).

O governo trabalha, ainda, para facilitar o ingresso de capital estrangeiro no País e instalação de novos empreendimentos, notadamente através de mudanças na lei de remessa de lucros e regulamentação da propriedade intelectual (marcas e patentes). Este último assunto foi longamente discutido ontem no Ministério da Justiça. O ingresso desses capitais seria fundamental na expansão da oferta desejada pelo governo, a médio prazo.